

## “EU FIZ A VOLTA DA TIETA”: UM CARTOGRAFAR DE DESEJOS E AFETOS DE UMA MULHER TRANS

 <https://doi.org/10.56238/arev6n3-284>

**Data de submissão:** 20/10/2024

**Data de publicação:** 20/11/2024

**Marlyson Junio Alvarenga Pereira**

Doutor em Ciências Sociais – UNESP/FFC – Marília – SP  
Secretaria Estadual de Educação

---

### RESUMO

Este artigo é um recorte de minha pesquisa de doutoramento. Aqui busquei pensar a partir da fala de uma mulher trans, Maria Eduarda, os processos de subjetivação que essa enfrenta até sua cirurgia de redesignação sexual e sua volta à cidade natal. Esta narra-me, em uma entrevista de pouco mais de uma hora de duração, seus problemas com o nome social na Universidade em que estudava, bem como o que ela chamou de dificuldades psicológicas, que aqui problematizo a partir de teóricas e teóricos da teoria transfeminista, cuir e decoloniais. O chegar até a Universidade vem acompanhado da criação de uma série de políticas de estado e governo que possibilitou novas rotas que poderiam ser percorridas por outros segmentos da sociedade, como as mulheres trans. Portanto, aqui narro esses micro cortes na ordem dura e outras possibilidades de subjetivação inventadas por esses sujeitos.

**Palavras-chave:** Mulheres Trans. Cartografia. Políticas Públicas. Universidade.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 OS PRIMEIROS PASSOS...

Este texto surge como parte de minha pesquisa de doutoramento pela Universidade Estadual Paulista. Nesta, cartografei trajetórias de mulheres trans que chegaram até a Universidade Pública brasileira. Aqui, utilizo o termo mulheres trans, que é cunhado pelo próprio ativismo transexual para designar travestis e transexuais femininas, segundo narra em sua tese, Mario Carvalho (2015). Aqui nessa tessitura, problematizarei a narrativa de uma dessas mulheres trans que entrevistei, Maria Eduarda<sup>1</sup>. Durante seu relato, essa diz uma frase: “*eu fiz a volta da Tieta*”<sup>2</sup>, referindo-se à personagem de Jorge Amado (2009), Tieta, que o escritor traz em seu livro de mesmo nome *Tieta do Agreste*, lançado em 1977. Neste, Amado (2009) traz a jovem Tieta que por sua sexualidade livre é denunciada a seu pai, por sua irmã Perpétua. Surrada, ela ainda é expulsa da cidade onde vivia, Santana do Agreste. Anos mais tarde retorna à sua Santana, rica e dona de poder político, onde acaba por ajudar muitos daqueles/as que foram responsáveis por sua expulsão. É justamente esta volta que Maria Eduarda se refere, logo depois de fazer sua cirurgia de redesignação sexual, ou como ela denomina “*vaginoplastia*”. Desse modo, suas falas são trazidas para pensarmos nas desterritorializações desta mulher trans. Entendemos desterritorialização como o “abandono de um território” é o que diz Rogério Haesbaert (2002, p. 8), para se construir outro território, agora como uma mulher trans “*com vagina*”. Assim intento trazer sua narrativa para pensar “*essa segurança que a vaginoplastia me proporcionou*” (Maria Eduarda) para que essa, finalmente volte para a faculdade em que cursava e para a sua cidade natal.

Maria Eduarda é uma mulher trans e moradora da região nordeste do Brasil. Formada em psicologia, ela me relatou seu período que passou pela universidade, que coincide com sua cirurgia de redesignação sexual. Quando questionada por mim sobre esse período, sobre o seu dia a dia neste ambiente, ela me responde que não sofreu diretamente de outras pessoas dificuldades, violências, “*transfobia*”, (Maria Eduarda) mas que suas dificuldades foram “*psicológicas [...] não foi fácil, não é fácil ainda mais pra mim que foi há doze anos atrás*” (Maria Eduarda). Portanto, problematizarei seu relato para pensarmos nas artimanhas do biopoder, segundo Michel Foucault (1988), que produzirá corpos adequados às normas, bem longe das contestações. Corpos que são historicamente construídos, colonizados sob a égide de um discurso que inaugura quem fala e onde fala. Pensarei sua narrativa dando ênfase às dificuldades “*psicológicas*” de Maria Eduarda em lidar com sua transexualidade no

<sup>1</sup> Nome fictício, modificado a pedido da interlocutora.

<sup>2</sup> Opto por dar destaque às falas da narradora Maria Eduarda. Assim essas aparecerão em itálico e entre aspas.

ambiente da Universidade, seus medos de ser chamada pelo nome de registro, até sua “*volta da Tieta*”, “*operada e mais madura*” (Maria Eduarda).

## 2 A PESQUISA

Essa pesquisa começou, quando me deparei com uma notícia de jornal que dizia da defesa de uma tese por uma travesti. Esta era Luma Andrade, que defendera no Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal do Ceará. Ao dar esta notícia em tom de grande novidade, o jornal queria dizer de um espaço, de um lugar que elas, as mulheres trans, ainda não ocupavam e que agora estavam prestes a fazer parte. O inusitado do fato revela mais sobre as recusas sociais às mulheres trans do que sobre as capacidades intelectuais de Luma. Questionei-me sobre por que uma travesti conquistar um doutorado gerou tamanho frenesi? Por que elas são tão pouco representadas neste espaço da universidade, como sugere o espanto da notícia? Assim fui problematizar essa questão e percebi que mulheres trans na universidade ainda é um assunto pouco debatido pelas/os pesquisadoras/es da área.

Muitas pesquisas sobre travestis e transexuais no Brasil já foram produzidas. Larissa Pelúcio (2009) elenca, até a data da publicação de sua tese, que se trata de uma etnografia sobre travestis, uma vasta bibliografia sobre este tema: “Silva. 1993, Kulick. 1998, Oliveira. 1994, Oliveira. 1997, Denizart. 1997, Jayme. 2001, Patrício. 2002, Peres. 2005, Benedetti. 2005, Vale. 2005, Cardozo. 2006” (PELÚCIO, 2009, p. 33). E acrescidas a estas temos, Berenice Bento, (2006), Tiago Duque (2009), Thiago Sabatine, (2012, 2017), Jader Nogueira (2013), Mario Carvalho (2015), Kesia Melo (2016), Thiago Oliveira (2016), Tamires Barbosa (2017), Rubens Modesto (2018). Uma expressiva bibliografia sendo produzida sobre travestis e transexuais. Muitas dessas pesquisas foram feitas a partir do fenômeno da prostituição envolvendo travestis e transexuais. As etnografias de Silva, (1993), Kulick, (1998), Denizart, (1997), Benedetti, (2005), Pelúcio, (2007), mostram que a prostituição compunha grandemente o cotidiano das travestis e essa era tomada mesmo como elemento constituidor de identidade. E apenas mais recentemente, nas pesquisas de Luma Andrade (2012), Adriana Sales (2012, 2018), Marina Reidel (2013), a escola passa a ser o foco de análise. É importante ressaltar nessas pesquisas, que tem a escola como campo, que foram realizadas por pessoas que se identificam enquanto travestis. Somam-se àquelas as pesquisas de Melo (2016), Oliveira (2016), Barbosa (2017), Modesto (2018), as quais problematizam outros espaços, como cursinhos para pessoas travestis e transexuais, o que fez Tamires Barbosa (2017). A pesquisa de Modesto (2018) problematiza o cotidiano

de uma professora transexual na rede de ensino de Congonhas - MG<sup>3</sup>. Essas revelam outros espaços possíveis, que agora, passam a ser foco de análise. Parece existir um deslocamento do olhar que vê na escola uma problematização.

No entanto, o que as primeiras pesquisas nos revelam e que ainda hoje podemos notar é que o fenômeno mais visível com relação às travestis é a prostituição. Haja vista, o grande número de trabalhos dessas/es cientistas sociais abordando este fato. Porém, como já dito, mudanças sociais e culturais promoveram outros lugares, nos quais essas pessoas circulam. Outros espaços, outras paisagens que habitam. Outros terrenos físicos e psicossociais.

A entrada dessas mulheres trans na Universidade se mostra agora enquanto fenômeno que nos chama a atenção. O que parece ser novo neste fato é que muitas destas pessoas entram e o fazem já identificando-se enquanto travestis e transexuais. Por exemplo, em sua dissertação autoetnográfica, Viviane Vergueiro (2015), diz que apenas depois de terminar a graduação e “trabalhar como analista de controles internos em uma multinacional da indústria de mineração” (p. 24) decide, após muito refletir por sua “saída do armário” (p. 24) e viver em Viviane. Cito outros exemplos como Márcia Rocha, advogada e a primeira travesti a usar o nome social no registro da OAB, também a viver em Márcia Rocha tempos depois de formar-se, de ter tido uma filha e estar bem sucedida no mercado de trabalho (MOIRA, NERY, ROCHA, BRANT, 2017, p. 114). O que me parece haver é a construção de um outro território. Parece uma mudança que está em curso. É o processo que proponho pensar. Para trazer este processo fui atrás de mulheres trans que passaram pela universidade.

Para conseguir chegar até elas, busco criar o que chamo de rede de afetos. Busquei compor, com aquelas mulheres trans que alcançaram visibilidade no cenário da universidade, estes afetos que falo. Pedir a estas que indicassem outras que também estão construindo o mesmo percurso. Que pudessem trazer suas experiências de vida, com foco na educação básica, sua chegada à universidade e sua estadia neste espaço. Para que possamos ver nas falas destas mulheres, suas percepções. Não analisei estas falas buscando encontrar algo que elas já possuam de antemão. Queria deixá-las se mostrarem. Minha atenção devia funcionar abertamente, sem um foco em específico, mas sempre atenta ao processo. Pois, é juntamente com o processo que me propus compor esta cartografia de desejos e afetos.

Problematizei suas trajetórias e pensei esta construção de rotas de fuga na composição de outros territórios habitáveis. Este movimento de produção de universos desencadeado pelo desejo. Assim se fez esta cartografia, “valorizando o que se passa nos intervalos e interstícios, entendendo-os como

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ufop.br/noticias/pos-graduacao/dissertacao-de-mestrado-aborda-resistencia-de-professora-trans>.

potencialmente formados e criadores de realidade” (COSTA, 2014, p. 70). Muito mais que nos preocuparmos com as essências, com as perguntas que já possuem respostas, é o movimento do fazer-se-com que o cartógrafo se ocupa. A cartografia é esta que traça as linhas do terreno, “uma prática investigativa que, ao invés de buscar um resultado ou conclusão procura acompanhar processos” (COSTA, 2014, p. 70). É o processo de constituição de um outro território que proponho fazer aqui. Para isso busquei as suas manifestações em compor estas linhas, através da cartografia.

Virgínia Kastrup, Eduardo Passos e Liliana da Escóssia (2015) em *Pistas do método cartográfico*, propõem pensar a palavra metodologia – “*meta-hódos*, trata-se de um caminho (*hódos*) determinado pelas metas (*metá*) que são estabelecidas para que o próprio caminhar seja feito” (p. 10). A “cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *meta-hódos* em *hódos-meta*” (p. 10). Essa se faz para que se use a experimentação ao invés da aplicação. Muito mais que chegar o importante é caminhar. “Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo” (p. 11). Propõe-se dar abertura aos afetos, ou seja, aos encontros. Na cartografia não se quer ir até o objeto de estudo para analisá-lo e com isso revelar o que ele é. Mas a cartografia quer traçar as linhas de fuga do desejo. Quer pensar o entre lugares em que este se encontra. Como este é sempre produção, devir, a cartografia traça os acidentes do terreno. Os desníveis. A cartografia acompanha processos. O cartógrafo é quem vai traçar este movimento do real. Pois, o que “importa para o cartógrafo é que, teoria é sempre cartografia – e sendo assim ela se faz juntamente com as paisagens cuja formação ele acompanha” (ROLNIK, 2011, p. 65). Portanto é este processo que nunca é retilíneo, que se faz na multiplicidade do real que o cartógrafo se ocupa.

A cartografia tem uma linguagem especial, como os carpinteiros, só quer saber quais ferramentas usar, como elas funcionam, o que podem criar, nunca por que construir. Toma emprestado dos objetos apenas suas forças, não as formas, mas o material para fazer formas; não sua história e cenários, mas os elementos de sua matéria (OLIVEIRA; PARAÍSO, 2012, p. 165).

Assim, um/a cartógrafo/a é um/a construtor/a, um/a compositor/a desta paisagem que se forma em muitas direções e de muitas maneiras. A cartografia também pode ser usada para pesarmos como contestação a esta única forma de produzir conhecimento. De um único lugar do mundo, com um único sexo, com uma única sexualidade, uma única cor/etnia, com um único gênero e uma única identidade. Para fazê-lo vamos buscar os entre lugares, as rotas de fuga, que aqui se manifestou nas *voltas de Tieta*” (Maria Eduarda).

### 3 MARIA EDUARDA, OU A TIETA QUE RETORNA

Cheguei até Maria Eduarda por um amigo psicólogo que em seu doutorado pesquisou concursos de beleza de mulheres trans. Ao conversarmos sobre nossas pesquisas ele diz-me que conhecia Maria Eduarda. Passa-me seu telefone e começo a fazer os primeiros contatos. Ela foi muito receptiva, expliquei sobre o projeto de pesquisa e sobre minhas outras experiências em conversas com mulheres trans, na dissertação do mestrado. Era uma tarde de inverno quando conversamos. Ela tinha uma fala precisa, forte, que me passava leveza. E assim ela narra parte de sua história:

E começou no curso de psicologia quando eu estava assim, de fato mesmo que eu fui com cabelo grande foi quando eu tava acho que no quarto período, por aí, não, no terceiro período, porque assim eu fiz o primeiro e o segundo andrógina, aí no terceiro eu não aguentava mais ter de amarrar peito, ter de botar cabelo para trás, aí peguei e falei na minha casa, olha não quero mais fazer o curso eu vou embora[...] Aí quando eu retornei a minha família decidi me apoiar né, quer dizer, me apoiar mais, porque sempre me apoiou, mas decidi me apoiar mais, foi quando minha mãe entrevistou, pagou meus procedimentos cirúrgicos, hoje eu sou uma mulher cirurgiada né, hoje eu tenho vagina. Aí nessa época que ela pagou, foi 2010, aí quando ela pagou, eu voltei, eu tive que voltar pra universidade né, aí quando eu voltei, nossa, foi tão difícil você nem imagina, foi mais difícil encarar meus próprios fantasmas do que transfobia mesmo, dentro da faculdade. O maior desafio foi a mim mesma, eu não tinha dificuldade na faculdade, assim de piadinhas de comentários, eu não tive ... não tive tão claramente, se tive foi tão sutil que eu nem percebia, devia ter, mas eu não percebia. Aí minha dificuldade era porque meu nome não tava retificado, o nome na chamada, foi difícil... Aí tinha uma professora minha que tinha sido minha professora no tempo que meu nome, que as pessoas me chamavam pelo nome anterior, aí essa professora me pediu para falar em voz alta, falou meu nome anterior, pra mim foi terrível aquilo ali, foi assim uma questão muito difícil psicológico mesmo... a dificuldade que eu tive foi psicológica, não tive dificuldade de violência, a dificuldade foi psicológica mesmo de ter que voltar para aquele lugar de uma forma totalmente diferente é como se fosse uma volta da Tieta (risos) e eu tive duas vezes a Tieta. Porque é assim, a minha história de vida é assim: eu venho de uma cidade pequena e fui para a cidade grande estudar e nessa cidade grande que eu fui me descobrir como eu tô atualmente, né, como mulher e aí eu fiz o retorno para a cidade pequena, nessa cidade pequena eu também tive essa volta da Tieta, foi em dois momentos, mas falando de academia a minha dificuldade foi psicológica, posso te garantir que meramente minha dificuldade foi psicológica. (UNESP, 2018)

Essa parte de sua narrativa, são apenas alguns instantes retratados de uma entrevista que durou em torno de cinquenta e oito minutos. Neste trecho, Maria Eduarda diz que suas “dificuldades foram psicológicas”, que não sofrera transfobia. Penso essa fala a partir de um termo cunhado por Viviane Vergueiro (2015) que vai chamar de “cistemas” (p. 15). Vergueiro (2015) vai buscar em Ramon Grosfoguel (2008) a inspiração para criar esse termo. Grosfoguel (2008) analisa que “ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno’” (p. 118). Vergueiro (2015) propõe repensar esse “sistema-mundo” a partir da análise da cisnormatividade, ou seja, analisar a normatização a qual esses corpos trans estão submetidos (Vergueiro, 2015). Portanto é pensar uma norma estabelecida a partir da cisgeneridade.

Jaqueline de Jesus (2012), diz que o termo “cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (s.p.). Este termo é cunhado a partir do final dos anos 1990, segundo Brune Bonazzi (2017). Os primeiros aparecimentos do termo cis “são atribuídos à professora de biologia Dana Leland Defosse, em um fórum da Universidade de Minnesota, no ano de 1994” (BONAZZI, 2017, p. 23). Esta professora queria um termo que pudesse fazer oposição justamente ao trans, em seus estudos sobre a transexualidade a universidade e as violências (BONAZZI, 2017, p. 23).

Desse modo, pensei o termo cisgênero, a partir da potencialização criativa deste conceito. Segundo Jaqueline Gome de Jesus (2015, p. 22):

A questão do gênero pode ser utilizada (citando Simone de Beauvoir) para nos introduzir à discussão sobre a população trans(gênero), que tal como os ditos homens e mulheres cis(gênero), vivem a construção de suas identidades de gênero no dia a dia (por mais que não percebam).

O potencial político do termo cisgênero é o de denunciar o caráter normativo da imposição biológica ao gênero: homem - pênis, mulher - vagina e, assim, fazer parecer que todas as outras formas, que não essas, estão fora da norma. Isso vela o caráter impositivo sobre o estar do mesmo lado, ou seja, ter seu gênero em conformidade com sua genitália. Ao revelar essa imposição, o transfeminismo defende que as pessoas cis(gênero) também possuem um gênero, provocando uma enorme discussão. Colling (2015, p. 60) cita Stuart Hall e afirma que elas, as transfeministas, “arrobaram a porta”, em uma referência a esse autor, quando destaca as mulheres que entram para o debate dos estudos culturais na Inglaterra.

Ademais, segue Jesus (2015, p. 22), “é comum dizer ou escrever que pessoas trans nasceram homens/mulheres e viraram mulheres/homens. Raciocínio falacioso”. Ela nos chama a atenção para a criação normativa do gênero. Se entendermos que as pessoas podem ou não estarem em adequação com o sexo, passamos a apreender as “mulheres com pênis e os homens com vagina” (JESUS, 2015, p. 22). Ou seja, no reconhecimento de que o gênero é um constructo social, uma imposição ao sexo biológico, entendemos que essa normativa é binária e seria “incapaz de explicar a pluralidade de gêneros identificada ao longo da história da humanidade” (JESUS, 2015, p. 23). Portanto existem quantas transexualidades quanto as pessoas puderem criar e o mesmo podemos dizer da cisgeneridade. Por isso, não podemos reduzir ao essencializante trans *versus* cis.

Helena Vieira (2015), ativista transfeminista, escrevendo o texto ‘Toda Cisgeneridade é a mesma? Subalternidades nas experiências normativas’, na revista Fórum, questiona o conceito de cisgeneridade como sendo um todo orgânico e se pergunta se experiências que não se enquadram na

normativa, como por exemplo, homens femininos e mulheres masculinas, mesmo seus gêneros estando de acordo com seus sexos biológicos, se essas pessoas serão colocadas como aquém da norma, acessando assim “precariedade essa cis-normatividade” (VIEIRA, 2015). Ela propõe que pensemos na cisgeneridade não como aquela que mantém os sexos e os gêneros do mesmo lado, buscando o sentido da palavra *cis*. Segundo ela, isto apenas geraria o impraticável binarismo *cis versus trans*, mas pensar esse conceito em si, “enquanto possibilidade de interpretação do real” (VIEIRA, 2015), guarda suas potências analíticas. Pensar dentro da cisgeneridade, suas hierarquizações como ela escreve, “de homens femininos e mulheres masculinizadas” (VIEIRA, 2015) e seus modelos de perfeições de corpos masculinos, femininos e suas muitas nuances, portanto aqueles/as que não acessarem, de forma muito próxima à perfeição da norma estabelecida, ou seja, de forma precária, terão suas sentenças de inferioridade, de “menos homem e menos mulher” (VIEIRA, 2015) declaradas, o que as/os colocarão em um lugar subalterno no espectro cisgênero. Mas, se nos chamarem a atenção, declarando que identidade de gênero não se relaciona com orientação sexual, as intenções de normalizações aos homens afeminados e às mulheres “pouco” femininas são de caráter da orientação sexual dessas pessoas. Precisamos pensar, nos muitos atravessamentos, nas muitas vivências possíveis com os quais nos construímos. Um conceito é uma tentativa de se interpretar o real (VIEIRA, 2015), mas as vivências são sempre mais plurais e facetadas que os conceitos. Assim, homens “femininos”, ou mulheres “masculinas”, não necessariamente serão homens e mulheres gays e lésbicas, podem ser pessoas heterossexuais, que não se enquadram no espectro utópico da norma e suas vivências devem ser pensadas interseccionalmente, “através de outros marcadores sociais da diferença, que atravessam o sujeito cisgênero” (VIEIRA, 2015) e outros sujeitos.

Vergueiro (2015, p. 45), ao debater em sua dissertação de mestrado sobre a cisgeneridade, propõe que colocar esse conceito em evidência é buscar desconstruir o caráter de “uma identidade de gênero [...] idealizada pelos conceitos como ‘biológico’ e ‘natural’ - para produzir uma leitura crítica sobre a construção normativa das identidades de gênero”. Assim, ao citar Foucault, quando o filósofo escreve sobre “os efeitos de poder de um discurso científico”, ela propõe (juntamente à teoria transfeminista), um embate em torno da construção deste discurso colonialista que diminui as possibilidades que existem nos corpos, fazendo-os existirem apenas, ou necessariamente sob o julgo da normalização. Para a autora, evidenciar esse conceito é “propor que ele esteja na construção da moderna ciência ocidental” (VERGUEIRO, 2015, p. 45) e “em sua construção ontológica do sexo/gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 46). O termo “colonialidade” se refere a um modo do poder em operar “a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, possibilitando la re-producción de relaciones de dominación”, segundo Restrepo e Rojas (2010, p. 17).

Essas relações de dominação, além do campo econômico, por meio da exploração das colônias, em suas riquezas materiais e de seus povos tradicionais, também operam uma exploração em domínio epistêmico. Assim a colonialidade vai dominar também o saber, impondo uma forma de pensar que não se restringe ao mundo das metrópoles. É essa a luta que traz Vergueiro (2015) contra o domínio colonizador que subverte quaisquer outras formas de expressões que não a construída a partir da moderna ciência ocidental, por meio desta colonialidade binária dos gêneros. Há necessidade de evidenciar esta pré-discursividade (VERGUEIRO, 2015), pensando a partir de Butler que os corpos só ganham sentido no “discurso, no contexto das relações de poder” (BUTLER, 2003, p. 137).

Portanto, a cisgeneridade é um conceito potente para problematizarmos em torno da normalidade instaurada pelo discurso. Um discurso que cria margem para dizer o centro. Que primeiro instala o erro, o desvio e o contrário, “o normal”. Portanto a norma que, por meio de um saber médico, vai construindo um domínio sobre o corpo. Um domínio colonial de imposição de uma forma, de um modo de pensar e agir. Sempre hierarquicamente, desconsiderando, destruindo formas outras de estar no mundo. De corpos que “pavoneavam” (FOUCAULT, 1988, p. 10) à pudicícia da regulação disciplinar, inventando um sujeito com características e anatomias fora do centro. O corpo é alocado sobre um lugar da regulação. Do saber à verdade, o poder se ocupa em manter, por meio de técnicas variadas, provocando criações e não somente interdições. Para se regular, não necessitaria mais de se castigar, pois criaríamos uma infinidade de formas outras de governar os corpos, lembrando-os sempre de suas invenções exóticas. De suas sexualidades outras, de seus gêneros inconformes, de suas formas físicas não reguladas, de seus desejos disparatados. A sua anormalidade seria replicada no interior dos discursos, mantendo o centro pela margem, segundo Butler (2003). Assim, para questionarmos esta margem, precisaríamos contestar o centro e essa é a proposta da teoria transfeminista na criação do conceito de cisgeneridade. O centro também é uma criação, uma invenção da modernidade/colonialidade (BUTLER, 2003).

Quando Maria Eduarda diz que todo o problema que ela teve foi de ordem interna, que nunca sofrera transfobia questiono se todos os conflitos que passou em função de sua transexualidade, de sua aceitação enquanto mulher transexual, de seus medos de ir à universidade, de não falar de si, não se relacionam a esta norma que se faz cisgênera. De uma única forma, de um único jeito, repetindo até se tornar verdade é construído o binarismo de gênero.

No entanto, esta perspectiva da norma é lembrada para retomarmos a fala de Maria Eduarda e o objetivo ao qual nos propomos aqui. Que é pensar as construções de outras territorialidades operadas por esta Tieta. O seu voltar, operada e mais madura, buscando agora enfrentar outras batalhas nos sertões da cisnorma.

#### 4 A VOLTA...

Maria Eduarda diz que somente consegue voltar e acabar de fato a Universidade e o curso de psicologia depois de fazer a operação de redesignação sexual, a “*vaginoplastia*” (Maria Eduarada). Ela relata que não aguentava mais ter que se esconder, “*eu não aguentava mais ter de amarrar peito, ter de botar cabelo para trás, aí peguei e falei na minha casa, olha não quero mais fazer o curso eu vou embora*”. Aqui ela diz que iria fazer o mesmo caminho de muitas, ir para Fortaleza, no Ceará, e depois para a Europa. Diz que até tentou se prostituir, mas que não conseguiu, não gostou. É aí que ela procura sua mãe conta suas dificuldades e essa resolve ajudá-la. *Aí nessa época que ela pagou era 2010, (referindo-se à mãe que paga sua cirurgia) aí quando ela pagou, eu voltei, eu tive que voltar pra universidade né.* Ela diz que a sua volta,

foi tão difícil você nem imagina [...] Aí minha dificuldade era porque meu nome não tava retificado, o nome na chamada, foi difícil. Aí tinha uma professora minha que tinha sido minha professora no tempo que meu nome, que as pessoas me chamavam pelo nome anterior, aí essa professora me pediu para falar em voz alta, falou meu nome anterior, pra mim foi terrível aquilo ali.

A partir do relato de Maria Eduarda, construo um debate em torno do nome social, que traz alguma cidadania para essas pessoas, mesmo com as críticas que são feitas de que esse é um arranjo legal, um paliativo, sem muita efetividade. Em 2008 aconteceu a Primeira Conferência Nacional GLBT<sup>4</sup>, em 2008, que foi realizada em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sendo um dos desdobramentos do BSH<sup>5</sup>. Algumas discussões que, historicamente, compunham o quadro de reivindicações do segmento “T”, das travestis e transexuais, tiveram o nome social como um importante questionamento. Analisando o documento que surgiu da Conferência, detidamente no campo destinado à educação, observa-se que o Movimento GLBT trouxe a necessidade de um diálogo que buscasse “valorizar o outro, por meio de um convívio pacífico e respeitoso de todas as diferenças” (BRASIL, 2008a, p. 20) para uma educação de qualidade. O documento enumera as estatísticas de violência que acomete a população GLBT (à época), justificando a necessidade de se inserir o debate sobre gênero, sexualidade e identidade sexual na escola. A homofobia e o sexismo aparecem como entraves à essa educação para o respeito à diferença. Por outro lado, o documento posiciona a escola

<sup>4</sup> Ainda em 2008 se utilizava a sigla GLBT (Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais), somente depois que se troca e o L vem para frente do G ficando LGBT.

<sup>5</sup> Programa Brasil sem Homofobia, criado em 2003, esse visava construir várias ações no combate à discriminação da LGBTfobia, bem como o incentivo de políticas mais positivas e menos defensivas em relação a este segmento. Para tanto, foi feito a articulação entre vários ministérios e secretarias, à época, para promover o debate junto à educação: “O eixo que estrutura o documento é a necessidade de uma atuação e intervenção do Estado e, por isso, o foco central ‘é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos’ (BRASIL, 2004b, p. 7) na implementação de propostas de políticas públicas” (PEREIRA, 2020, p. 70).

como um lugar privilegiado para se debater esses temas, pois a “estigmatização e o preconceito afetam as relações sociais e pedagógicas e são fatores de marginalização e exclusão de indivíduos e grupos” (BRASIL, 2008a, p. 21). A violência, muitas vezes física, sofrida pelos/as GLBTs, acarreta grandes problemas, produzindo efeitos em suas trajetórias acadêmicas, escolares, reconhece o texto em questão, o qual associa a evasão a esses fatores. Em médio e em longo prazo, o que se tem são dificuldades de inserção, no mercado de trabalho e, conseqüentemente, mais vulnerabilidade social. O documento traz entre seus exemplos a situação de travestis e transexuais que enfrentam “obstáculos para conseguirem se matricular na rede pública de ensino [...], ter suas identidades respeitadas, terem seus nomes nas chamadas, fazerem uso das estruturas da escola - como os banheiros, por exemplo” (BRASIL, 2008a, p. 21). Aqui, faz-se menção ao nome social, como um fator de inclusão dessas pessoas (travestis e transexuais) na escola. A educação tem um importante papel nessa conferência, porém vale considerar que esse foi um debate que esteve presente no Movimento de Travestis e Transexuais desde as primeiras campanhas, em 2004 (CARVALHO, 2015). Carvalho (2015) analisa os panfletos produzidos pela primeira Campanha, “Travesti e Respeito”, nos quais havia várias partes destinadas a gestores/as de escolas, profissionais da saúde, num claro esforço pedagógico para a inserção de travestis e transexuais no ambiente escolar. Aí destaca-se a importância do nome social como elemento de inclusão e permanência estudantil. Neil Franco e Graça Aparecida Cicillini (2015, p. 326) apontaram que, no final da primeira década desse século, “surgiram demandas de pessoas trans junto ao contexto escolar que passaram a identificar a escola como um lugar de pertencimento”. Isso vem corroborar o que percebo no documento produzido pela Primeira Conferência Nacional GLBT, portanto a preocupação com a educação, que vinha ganhando fortes contornos, passou a ser fundamental. É nesse contexto que vão surgir as primeiras legislações estaduais e municipais em torno do nome social no âmbito educacional. Segundo pesquisa de Cláudio Alves, Guilherme Silva e Maria Ignez Moreira (2016, p. 326), “a escolha do nome social revela o processo de subjetivação vivenciado pelos sujeitos, em seus contextos históricos de vida, bem como agrega valores identitários oriundos da vivência social, familiar, cultural e política”. Ao buscar implantar essas legislações, quer-se fazer respeitar esses processos de subjetivações, esses valores identitários de pertencimento. Portanto o não respeito a essas demandas pressupõe o contrário: a segregação, a exclusão e maior vulnerabilização desses corpos, dessas pessoas. Assim, em 2008, promulgou-se a primeira resolução estadual, para o uso do nome social, em uma Secretaria de Educação do país. Esse fato aconteceu, no estado do Pará, pela Portaria nº 016/08 de 10 de abril de 2008 (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016). O primeiro município a ter uma resolução, para uso do nome social, na Secretaria Municipal de Educação, foi a

cidade de Belo Horizonte (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016), também no ano de 2008. Seguiram a essas resoluções:

Os estados de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Alagoas, Espírito Santo, Ceará, Bahia, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal também possuem normativas referente ao uso do nome social em instituições educacionais. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba têm normativas diferenciadas, pois garantem o uso do nome social em todos os órgãos de administração direta e indireta, sem especificar o uso do nome social no âmbito educacional (ALVES; SILVA; MOREIRA, 2016, p. 329).

Desde 2009 existe a Portaria MS n. 1.820, de 13 de agosto de 2009, que autoriza travestis e transexuais a usarem seus nomes sociais no SUS. Com isso, demonstro que esses debates, em torno de uma cidadania a travestis e transexuais, estava crescendo. Porém até se chegar à decisão do Superior Tribunal Federal - STF - em 2018, que regula a mudança do nome, com alteração do prenome e gênero no registro civil, houve algumas decisões que o antecederam, como problematizo. A socióloga Berenice Bento (2014a, p. 167) discute o que chamou de “cidadania precária, ou gambiarra legal”, o nome social a pessoas trans. Ela denomina “cidadania precária” (BENTO, 2014a, p. 167), que representa uma dupla negação, em que se nega a “condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas” (BENTO, 2014a, p. 167). Dessa maneira, a conquista de direitos das populações, historicamente marginalizadas neste país, entre elas as travestis e transexuais, vai sendo construída aos poucos, a “conta-gotas” (BENTO, 2014a, p. 167). Bento (2014a), em seu artigo, “Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal”, começou citando várias leis, que foram criadas antes que fosse instituída a Lei Áurea, em 1888, que, teoricamente, libertava os/as escravos/as no Estado brasileiro. Ainda, no artigo, ao dissertar sobre o direito ao voto requisitado pelas mulheres, destaca ‘as diversas restrições’ (BENTO, 2014a) que tiveram de passar, até que conseguissem o direito ao voto. Assim, Bento (2014a) nos lembra de que a cidadania, para algumas pessoas, vai sendo construída aos poucos. A socióloga Bento (2014a, p. 171), ao prosseguir sobre os direitos para algumas populações, no Brasil, considera que “esse é feito a conta gotas” e ressalta que “as decisões de direito à união estável, por exemplo, vão acontecendo aos poucos, via legislações estaduais”. Até se chegar a uma súmula que, em 2011, regula “em decisão unânime, a equiparação da união homossexual à heterossexual” (BENTO, 2014a, p. 171), um longo caminho foi percorrido. Desde o surgimento das primeiras decisões, há pedidos de união estável entre parceiros do mesmo sexo. Em 2000, em Porto Alegre, uma juíza concedeu “que o INSS reconhecesse o direito previdenciário do companheiro homossexual” (BENTO, 2014a, p. 171), mas até a decisão do STF, tem-se aí um extenso percurso de batalhas judiciais. Devemos lembrar que essa súmula ainda não é

uma lei, mas uma decisão via judiciário, STF, que regula os pedidos em instâncias menores. Retomando o nome social para pessoas trans, no ano de 2016, promulgou-se uma decisão assinada pela Presidente Dilma Rousseff, estabelecendo o decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe “sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016). Instala-se, na administração federal, a adoção do nome social a travestis e transexuais, o que inclui as Universidades Públicas federais. Mais recentemente, pessoas travestis e transexuais puderam ter seus nomes incluídos no cadastro de pessoas físicas (CPF), em atenção ao decreto 8.727/16 que permite que o nome social seja incluído imediatamente no CPF juntamente com o nome civil. Ainda, o Parecer CNE/CP nº 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 do Conselho Nacional de Educação, que regulou o nome social, em todas as escolas de educação básica do país, mesmo que em muitos estados, como descrito acima, já possuíam portarias em suas Secretarias Estaduais de Educação. No entanto uma decisão, em primeiro de março de 2018, foi promulgada a ADI nº 4275, que regularizou a mudança de nome e sexo no registro civil, sem a necessidade de cirurgia, de laudos médicos ou psicológicos. Todo o processo deve acontecer via cartórios, sem necessitar de se passar antes por um juiz. Um grande avanço, mas que ainda tem de enfrentar a viabilização nesses cartórios, visto que alguns estão se negando a fazer esse registro<sup>6</sup>.

Retomo a fala de Maria Eduarda, quando relata que teve dificuldades, quando uma professora, durante uma aula na faculdade, chamou -a pelo seu nome de registro, “*pelo meu nome anterior*” (UNESP, 2018c). Ela me narrou que aquilo foi algo muito difícil. Sendo assim, recobro o debate que aqui estabeleço, em torno do nome social, mas agora nas Universidades Públicas. A primeira Conferência Nacional GLBT, em 2008, deliberou que as escolas deveriam utilizar os nomes sociais, segundo escreve Crishna Mirella de Andrade Correa (2017). A partir dessa conferência, surgiu, em âmbito estadual, as Portarias, via Secretarias de Educação, do nome social, que logo após passaram às Universidades. Temos como exemplo o Estado de São Paulo que instituiu o Decreto n. 51.180, de 14 de janeiro de 2010, autorizando o uso do nome social a travestis e transexuais, no âmbito da administração pública, direta, autárquica, fato que reverberou em suas Universidades estaduais, como USP, Unesp, Unicamp. A primeira Universidade a ter uma normativa para o nome social é a Universidade Federal do Amapá, com a Resolução Nº 013 /2009-CONSU, de 19 de outubro de 2009, segundo Correa (2017). As citadas Universidades do Estado de São Paulo têm normativas de 2010. A Universidade Estadual Paulista - UNESP - data de março de 2010.

---

<sup>6</sup> Conselho Nacional de Justiça (2018)

No entanto, retorno temporalmente aos governos Lula, desde a criação do Programa Brasil Sem Homofobia - BSH. É certo que Lula estabeleceu um debate com o Movimento social à criação de algumas políticas públicas, como o BSH. Isso não acontecia desde os anos de 1980, nos quais “as ações dos grupos ativistas estavam mais voltadas a dar suporte às vítimas de HIV/AIDS” (CORREA, 2017, p. 167). Porém, mesmo com todo o canal de debates estabelecido pelo Poder Executivo, na criação de políticas públicas para a população LGBT, segundo pesquisa Mello (2012), não tiveram tamanha efetivação como esperado. Contudo, mesmo com essa pequena efetivação, o Movimento oportunizou espaço para a construção de importantes diálogos.

Como um dos desdobramentos do BSH, em 2005 e 2006:

Foram implantados 45 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH), com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBT. Ainda em 2006, essa ação foi estendida a oito Universidades, com o objetivo de criar Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH) (CORREA, 2017, p. 168).

Ainda, segundo Correa (2017, p. 168), “era uma característica do Movimento trabalhar na perspectiva homocêntrica, mesmo as políticas sendo destinadas a travestis e transexuais”. A pesquisadora alerta a mudança, na Primeira Conferência GLBT, “por causa da atuação efetiva do Movimento de Travestis e Transexuais nesse momento” (CORREA, 2017, p. 168). Esse momento foi importante para o Movimento de Travestis e Transexuais, pois se busca uma efetivação das deliberações que surgiram da Conferência. Correa (2017) argumenta que, embora o Plano tenha sido montado, pouco se efetivou na prática. Como estou a descrever fissuras na ordem dura, molar, construo o argumento de que com a possibilidade do uso do nome social, primeiramente em algumas Secretarias Estaduais de Educação e, com isso, um reverberar nas Universidades Estaduais, problematizo que aqui há a construção de uma cidadania, mesmo que Bento (2014, p. 167) descreva-a como uma “cidadania precária”, em que o sujeito será reconhecido, a partir do nome que escolher, pois só é válida em alguns espaços. Por que faço essa discussão, sendo que já possuímos uma ADI que regula a troca do prenome, bem como do gênero nos registros civis, resolução que desde 2018, vigora no país? Por reconhecer que o estabelecimento de seus nomes, ou seja, de suas identidades femininas, é torná-las visíveis, dizíveis em locais que historicamente elas não existiam, como a escola, depois as Universidades, detidamente, as Públicas. Assim, o ato de nomear e de “reconhecer o outro, a partir de um nome, revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los” (ALVES; MOREIRA, 2015, p. 60). É reconhecê-las politicamente é inseri-las legitimamente na identidade na qual eles/as se veem. Isso produz pertencimento. É o reconhecimento

da sua forma de estar no mundo. Por isso, o nome social, como um primeiro debate, se as pessoas transexuais podiam pertencer a determinados ambientes, como o da Escola e da Universidade.

Aqui faz-se necessário pensar sobre uma importante resolução que foi o estabelecimento do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Desde 2014, o Ministério da Educação - MEC - vem possibilitando a travestis e transexuais que utilizem o nome social no ENEM. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - que são divulgados ano a ano mostram uma estatística importante sobre essa política. Em 2014, foram 102 pessoas a pedirem o uso do nome social para realizarem a prova. Em 2015, esse número aumentou para 278 pessoas. Em 2016, 407. No ano de 2017, esse número tem uma redução e 303 pessoas solicitaram o uso do nome social pelo fato de que muitos/as solicitantes não enviaram a documentação em tempo, tendo assim suas inscrições indeferidas. Em 2018, 502 pessoas fizeram a solicitação, e 2019 foi um número de 394 pessoas requerendo o uso do nome. Essa diminuição, em 2019, pode ser em razão da ADI que em março de 2018, estabelece, via cartório, a retificação do nome civil, que muitas pessoas podem ter optado por fazê-lo, não havendo a necessidade do uso do nome social. Mas ainda assim é um crescimento muito importante, pois se trata de um aumento percentual ao longo dos anos (2014 a 2019) de mais de 386%.

França, Nogueira e Araújo (2016, p. 23), em artigo, escrevem sobre a importância que assume o nome social para travestis e transexuais:

Como êxito desta política vale salientar que desde que o direito de usar o nome social foi adotado, houve um crescente número de pessoas trans adentrando as portas das universidades, o nome social não só convidou a esta população a se submeter ao exame, como abriu as portas do ensino superior para este segmento.

Penso aqui, quando o nome social passa a vigorar em portarias estaduais e municipais de educação, como dissertam as autoras, foi como se houvesse um convite a pessoas transexuais e travestis a participarem desses espaços como as Escolas e as Universidades. Há uma possibilidade, uma fissura, provocando deslocamentos que se constroem, ao longo do tempo, aumentando suas participações e reivindicando ainda mais pertencimento, no espaço da Universidade. Um espaço que passa a fazer parte da vida de muitas mulheres trans, a partir de então.

## **5 UM FINDAR OS PASSOS: UMA CONCLUSÃO**

Nesta tessitura, busquei pensar alguns dos processos de subjetivação que passou Maria Eduarda, a mulher trans que foi foco de minhas análises neste recorte. Para tanto, narrei um pouco de minha pesquisa no doutorado e todo o caminhar construído neste percurso. A chegada até minha

interlocutora e suas narrativas, em um mapeamento dos processos que estavam e estão se fazendo. A partir de sua fala, que desencadeia problematizações, busquei pensar o surgimento de microcortes na ordem dura, molar, produzido pelo movimento social, por pesquisadoras e pesquisadores da Universidade pública e pelas próprias mulheres trans, em suas atuações dentro da Universidade. Visto que, essas atuações visavam a construção de um aparato teórico que pudesse problematizar as imposições abjetas a que seus corpos foram submetidos, no qual, estas dialogam com os clássicos das ciências sociais, a teoria transfeminista, a epistemologia decolonial e cuir.

Maria Eduarda narra-me suas “dificuldades psicológicas” em se ver como uma mulher trans, em que penso todo o contexto violento e silenciador que seu corpo é subjetivado. Que vai desde uma educação que não levava em conta a diferença em prol de um modelo único que coloca suas subjetivações nas margens abjetas desta sociedade que a constrói como fora.

Porém pensei sua volta da Tieta, essa “cirurgiada”, como ela mesma denomina, mais madura e com mais força para resistir aos desmandos da norma. Maria Eduarda, irrompe decidindo ser quem ela é. Nesta cartografia pensei o poder, a norma, a ordem dura e molar. Porém, principalmente trouxe os microcortes, as microfissuras, as rachaduras que produzem outras narrativas, outras possibilidades, outros possíveis.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. *Tieta do Agreste*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009. 590 p.
- ANDRADE, L. N. de. ABEH: uma história de resistência e produção de conhecimento. In: GREEN, J. N. (Org.). et al. *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. v. 1, p. 501-514.
- \_\_\_\_\_. *Travestis na escola: assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa*. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- AYME, J. *Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: personagens e mascaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. 2001. 270 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- BATISTA, C. *O que é interseccionalidade?* Geledés: instituto da mulher negra, São Paulo, set. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/>>. Acesso em: 08 out. 2018.
- BENEDETTI, M. R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Antra: [S.l.], 2019. 60 p.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.
- BONASSI, B. C. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abr. 2016.
- CARRIJO, G. C. et al. *Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-14, jun. 2019.
- CARVALHO, M. F. de L. *“Muito Prazer eu Existo”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas Trans no Brasil*. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CARVALHO, M. *O 'armário trans': entre regimes de visibilidade e lutas por reconhecimento*. In: COELHO, M. T. À. D.; SAMPAIO, L. L. P. (Org.). *Transexualidades: um olhar multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014b. p. 241-254.
- CASSIANO, M.; FURLAN, R. *O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise*. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 372-378, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.

COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. Revista Digital do LAV, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, maio/ago. 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia I. São Paulo: Editora 34, 2011a. 560 p.

\_\_\_\_\_. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2011b. v. 1, 128 p.

FAVEIRO, S.; VIEIRA, H. Toda cisgeneridade é a mesma? Subalternidade nas experiências normativas. Revista Fórum, São Paulo, set. 2015. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/osentendidos/2015/09/13/toda-cisgeneridade-e-a-mesma-subalternidade-nas-experiencias-normativas/>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 174 p.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 432 p.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 80, p. 115-147, mar. 2008. GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 439 p.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 396 p.

JESUS, J. G. de. Transfeminismo: teorias e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanóia, 2015. 206 p.

KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). “Mulheres trans universitárias: A emergência de Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico”. 5 de junho de 2018c, 1h:20. *WhatsApp*.

VERGUEIRO, V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.